

anc p.3

A 48 horas da entrega do texto, incerteza total

BRASÍLIA — Qualquer afirmação sobre o anteprojeto que o Relator Bernardo Cabral apresentará sexta-feira à Constituinte corre o risco de ser desmentida nestes próximos dias. Cabral já preparou cinco versões do que poderá ser o seu substitutivo final e, em cada uma, capítulos inteiros e artigos são incluídos ou excluídos ao sabor das negociações. Um exemplo é o capítulo sobre regiões metropolitanas, que já entrou e saiu quatro vezes.

Com exceção do sistema de Governo, que está sendo objeto de negociações à parte, o "Grupo do Consenso" — coordenado pelo Deputado Euclydes Scalco (PR) — tem revisado diariamente as diferentes versões, na tentativa de garantir a manutenção das principais propostas negociadas no primeiro anteprojeto. O mesmo procedimento está sendo adotado pelo "Grupo dos 32". O Senador Virgílio Távora (PDS-CE), principal representante deste bloco junto a Cabral, também vem se debruçando sobre os diferentes textos a cada dia.

O Vice-Líder Antônio Britto (PMDB-RS) disse que os grupos estão empenhados em levantar todos os pontos polêmicos do primeiro anteprojeto para facilitar a decisão final do Relator. Britto adiantou que a reforma agrária e a anistia continuam sendo pontos de difícil acordo.

O grupo do Scalco está preocupado com algumas soluções contidas na última versão, no capítulo referente às populações indígenas, e sobre a possibilidade de a Polícia Militar voltar a ser ligada ao Ministério do Exército. Os capítulos sobre educação, comunicação, previdência, saúde e seguridade estão sendo considerados satisfatórios e não apresentam grandes alterações em relação ao primeiro anteprojeto. Há problemas ainda quanto à definição de empresa nacional, mas a tendência é manter o texto que considera como tal aquela cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de brasileiros domiciliados no País.

Outra questão não definida, de acordo com o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), é a da estabilidade no emprego. Cabral recebeu uma proposta dos "progressistas" que prevê a proibição da demissão imotivada, ressalvadas sete situações: quando ocorrerem numa microempresa, se houver falta grave cometida pelo empregado, se o demitido for ocupante de cargo de confiança, se for trabalhador avulso, se estiver em experiência, nos casos de contrato a termo e, finalmente, de fator econômico intransponível.

Leônidas elogia texto que não muda papel das Forças Armadas

BRASÍLIA — O Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, considerou positivas as alterações que estão sendo feitas pelo Relator Bernardo Cabral em seu novo anteprojeto, quando aborda a questão militar. De acordo com o novo texto, que praticamente não muda o que já está estabelecido na Constituição vigente, as Forças Armadas passam a ser responsáveis pela segurança interna e externa da Nação, sob decisão direta de "um dos poderes constituídos". Pela redação anterior, as Forças Armadas eram destinadas "à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional".

— O novo texto não é bom para os militares. É bom para o País — disse Leônidas, acrescentando que, se o projeto anterior tivesse vingado, "ficaria extremamente difícil a atuação das Forças Armadas em qualquer situação de desordem".

O Ministro ressaltou que a atuação dos militares em defesa da segurança interna do País está prevista em todas as Constituições republicanas. No texto que está elaborando, disse o



Costa Couto, Leônidas e Moreira Lima no Emfa

Ministro, Cabral mantém "uma fórmula tradicional que visa a manter a paz e a tranqüilidade no País". A decisão sobre a ação das forças federais, de acordo com a nova proposta, poderá ser tomada por qualquer um dos três Poderes.

— Esta é a única diferença em relação à proposta feita pela Comissão Arinos, antes de a Constituinte se reunir. Nesta proposta, na qual tivemos participação direta, a decisão sobre o uso de forças federais partia sempre do Executivo — acentuou.

O Ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, afirmou desconhecer a nova proposta.

Camarinha promete conciliação e tranqüilidade para Sarney governar

BRASÍLIA — Trabalhar pela conciliação e dar tranqüilidade ao Presidente José Sarney para que "possa construir a Pátria com que todos os bons brasileiros sonham". Esta foi a principal promessa que o novo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Camarinho, fez ao Presidente no discurso de posse, ontem, no Palácio do Planalto.

Diante de Sarney e de 19 Ministros, o novo Chefe do Emfa fez um discurso curto, em que renovou o compromisso de lealdade das Forças Armadas ao Presidente Sarney, mencionado como o "comandante supremo", e insistiu na tese do consenso e da conciliação.

Camarinha definiu o papel do Emfa como o de fixar a política, a estratégia e a doutrina militares e disse que Exército, Marinha e Aeronáutica "estão coesos".

— A conciliação é a resposta comum das Forças Armadas. No exercício das suas variadas atividades,

criará condições destinadas a fortalecer o Poder Nacional — disse.

Após definir o Emfa como "órgão de assessoramento militar direto do Chefe da Nação", Camarinho afirmou que buscará a "total identidade de propósito e de fins" com o Governo e definiu o papel das Forças Armadas como o de "garantir a segurança interna".

Sarney também fez um discurso, breve e de improviso, no qual foi pródigo em elogios ao General Paulo Campos Paiva, que deixa o cargo por ter passado à reserva, e manifestou sua confiança na manutenção, pelo novo Ministro, da linha de trabalho que vinha caracterizando o Emfa.

O Presidente destacou a condição de Paiva de último oficial da ativa com o título de herói de guerra (Paiva combateu pela Força Expedicionária Brasileira) e agradeceu o assessoramento que sempre recebeu do ex-Ministro.

Moreira Lima: opção é da sociedade civil

BRASÍLIA — A opção entre parlamentarismo e presidencialismo é exclusiva dos meios civis e os militares só devem participar da decisão como cidadãos comuns, que têm opinião mas não podem transformá-la em posição final. Assim o Ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, definiu-se ontem sobre a discussão dos dois sistemas de Governo na Constituinte.

— Sempre considere o parlamentarismo o regime político mais evoluído que existe — disse o Ministro. — Devo lembrar, no entanto, que ele é forte em países com grande tradição política. Sinceramente não sei se ele seria adequado às nossas características, mas acho que essa discussão é exclusiva dos meios civis.

Segundo Moreira Lima, é preciso que haja um consenso na Assembleia Nacional Constituinte sobre o tema. "Todas as forças políticas — acrescentou — necessitam entender-se tendo em vista as necessidades do País. A decisão, no entanto, não passa pelos meios militares, é exclusiva da sociedade civil."

As declarações de Moreira Lima foram feitas na cerimônia de posse do novo Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Paulo Roberto Camarinho.